

Apresentação

Em 2014, durante o Encontro de História da ANPUH – Seção Bahia, durante a fundação GT Regional História do Atlântico e da Diáspora Africana, fomos provocados pela Professora Ana Paula Palamartchuk, à época editora da Revista Crítica Histórica, para organizarmos o Dossiê que aqui apresentamos. Ele é produto da ação tanto do referido GT, quanto do Grupo de Pesquisa Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana, cadastrado no CNPQ e certificado pela Universidade Estadual de Santa Cruz- UESC, em 2005.

O viés que norteou a seleção dos textos é a perspectiva de que uma centralidade da História Marítima, como um fio condutor de pesquisas e do estabelecimento de canais de diálogo entre os estudiosos ainda nos parece algo recente no Brasil. Isso não quer dizer que as pesquisas relativas à história marítima sejam novidade em nosso meio acadêmico. Mas o fato é que as possibilidades de temas, objetos, diálogos e formas de abordagens que se apresentam para uma História Marítima Brasileira são incontáveis. O estudo de diversos processos históricos, quando analisados em perspectiva atlântica, revelam as dinâmicas globais e nuances que contribuem para um entendimento mais aproximado de suas complexidades.

A ideia de uma “História do Atlântico e da Diáspora Africana” traz consigo alguns significados e conceitos que remetem a sua amplitude temática, geográfica e cronológica. Esses significados e conceitos têm um impacto direto sob a perspectiva pela qual se analisa os fenômenos e processos sociais, sejam eles em suas dimensões sincrônicas ou diacrônicas.

O Atlântico, além de sua conotação geográfica mais imediata – o oceano que interliga as Américas, Europa e África – tem sido pensado e proposto como um espaço de contato e circulação de pessoas procedentes destas três porções de terra e, com elas, suas ideias, memórias, valores, tradições, línguas, literaturas, políticas, economias, culturas. A ideia de Atlântico e a de diáspora africana apresentam-se de modo imbricado e por vezes indissociadas. Com isso não se pretende circunscrever a História Atlântica apenas ao movimento gerado pelo deslocamento de pessoas e ideias, direta ou indiretamente, vinculado ao tráfico de escravos. Ela tem proporções muito maiores, que abarca a circulação de pessoas e culturas materiais e imateriais, das diversas margens do Atlântico. É, sem perder essa perspectiva, que se organizou o Dossiê que aqui se apresenta, cujos objetivos, reafirmamos, são de estimular o debate e a divulgação de pesquisa que discutam a circularidade atlântica de pessoas, ideias, projetos econômicos, políticos, educacionais e

culturais, bem como, a presença dos africanos e seus descendentes nas sociedades do Novo Mundo. O amálgama deste dossiê não é um objeto, uma cronologia ou um tema. É um espaço, o Atlântico.

Iniciamos, assim, o Dossiê Histórias do Atlântico e da diáspora Africana, da *Revista Crítica Histórica* nº 13, com o artigo “A Baía do Pontal – Ilhéus: relações do porto com a cidade – 1911/ 1971”, autoria de Flávio Gonçalves dos Santos, que traz uma breve revisão bibliográfica que situa o leitor para as questões relativas aos estudos atlânticos e portuários. Além disso, o autor analisa as alterações das feições da cidade de Ilhéus, na Bahia, ao longo de 60 anos (1911/1971), em virtude da instalação de um porto que pretendia exportar cacau.

Na sequência, apresenta-se o artigo de Cezar Teixeira Honorato, intitulado “Os afrodescendentes e a comunidade portuária”, que discute o perfil da comunidade portuária do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX e o primeiro do século XX. Trata-se de um artigo que busca ampliar a compreensão dos modos de organização da comunidade portuária carioca, a partir de formas de associação que os indivíduos cultivavam entre si, formando assim um sentimento de pertença, de reconhecimento recíproco e, enfim, redes de sociabilidades. Sem perder de vista o contexto social e histórico e a multiplicidade de personagens e grupos sociais que ocupava/ disputavam o mesmo espaço na região portuária.

Saindo das análises dos portos e se dedicando ao processo de construção naval, o terceiro artigo, de Halysson Gomes da Fonseca, denominado “O ‘zelo patriótico do científico ministro’ Francisco Nunes da Costa e a produção naval baiana (1780-1800)” trás para o centro de sua abordagem a utilização de recursos naturais, no período colonial brasileiro, ao analisar os aspectos da exploração madeireira na região norte da Comarca de Ilhéus – Bahia. Trata também da trajetória e atuação de um funcionário da administração colonial portuguesa no Brasil e, ao fazê-lo revela as preocupações da época em relação ao manejo e conservação das espécies de árvores, cujas madeiras eram de interesse à coroa portuguesa para uso na construção naval. O artigo revela ainda, o fluxo atlântico de ideias científicas e humanistas, sobretudo, a partir do planejamento e racionalização da administração dos assuntos da colônia e do uso dos recursos naturais, como as matas.

Os artigos que seguem apresentam outra feição dos Estudos Atlânticos, daqueles a que se convencionou chamar de Atlântico Negro, por relatarem as experiências relativas à diáspora africana e aos modos de vida, ação, resistência e resiliência de africanos e afro-brasileiros.

Assim, apresentamos, ainda dialogando com os séculos XVIII, Matheus Silveira Guimarães, em seu artigo “A população africana na irmandade de Nossa Senhora do Rosário: a cidade da Parahyba e o Mundo Atlântico” analisa a circulação de ideários religiosos no tempo e no espaço, para discutir a atuação de africanos na organização e manutenção da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade da Parahyba do Norte, na Paraíba. O artigo demonstra como os africanos se organizaram em torno de uma irmandade católica, como forma de manter vivas partes de suas tradições funerárias, nas margens brasileiras do Atlântico, mas também como forma de afirmação ou de reconstrução de hierarquias sociais e políticas próprias, no interior da irmandade religiosa.

Tratando, também de experiências de reconstrução do Mundo Atlântico, Mary Ann Mahony, em seu artigo “A vida e os tempos de João Gomes: escravidão, negociação e resistência no Atlântico Negro”, analisa a história de um quilombola que opta por confessar um crime de tentativa de assassinato de seu senhor, sob o argumento de que estava cansado de viver a vida como um quilombola, livre nas matas de Ilhéus-Bahia, por volta de 1875. Ao discutir a trajetória do africano escravizado, a autora recuperando seu lugar de origem, conecta-o às formas de agir e pensar africanos de sua região, para matizar as possíveis opções feitas por ele para justificar seu ato voluntário de confessar um crime. Analisa também, as possíveis motivações tecidas no bojo da escravidão, que motivaria o crime e, posteriormente, a sentença que foi proclamada pelo júri. Assim, neste artigo, se revela como as teias complexas que moldam as opções e comportamentos de um indivíduo, envolvido pela experiência da escravidão, se estendem de uma margem a outra do Atlântico.

Com um salto no tempo, em relação a experiência do africano João Gomes, o artigo de Bas’Ilele Malomalo, intitulado “Mobilização política dos imigrantes africanos no atlântico sul pela conquista de direitos em São Paulo e Ceará (2012-2016)” descortina, fora das relações escravista, outra faceta da diáspora africana para o Brasil. Fora do escravismo, é verdade, mas ainda matizada por um subproduto dele, o racismo e a violência. Neste artigo, se apresenta as ações política de imigrantes africanos que se organizaram em São Paulo e no Ceará, como forma de combate a intolerância, violência e arbitrariedades a que estão susceptíveis imigrantes africanos no Brasil. O artigo relata uma série de ações e mobilizações ocorridas a partir de dois pontos traumáticos de mobilização e avançaram para a formulação de forma de atuação organizada e coletiva em busca da construção de políticas públicas que assegurem seus direitos de cidadania.

Os artigos aqui reunidos dão uma pequena dimensão das possibilidades e variedades de temas, objetos e recortes que podem ser abrigados sob uma História do Atlântico e da Diáspora Africana. Outros tantos que aqui cabem veremos, oxalá, em outros números desta revista.

Além do dossiê, este número da *Revista Crítica História* trás a publicação de três artigos na seção de fluxo contínuo, com temas diversos. O primeiro deles, intitulado “Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX”, discute a organização familiar do Piauí no século XIX e de que forma seus membros atuaram nos espaços de poder por meio de uma estreita rede de alianças. Seu autor, Marcelo de Sousa Neto, é Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O segundo, sob a coautoria de Helen Ulhôa Pimentel, Laurindo Mékie Pereira e Bruna Santana Fernandes, chama-se “Cidadania e clientelismo no Brasil oitocentista: uma análise das práticas políticas em Paracatu/MG” e faz uma reflexão sobre as redes clientelísticas estabelecidas na cidade de Paracatu, em Minas Gerais, no século XIX por meio de análise do Livro de Qualificação dos Eleitores desta cidade, de 1876, com o objetivo de traçar o perfil dos cidadãos, as particularidades do sistema eleitoral e as práticas políticas então prevalentes. Sobre seus autores, Helen Pimentel é doutora pela Universidade de Brasília (UNB) e Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Laurindo Pereira é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e também Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Bruna Fernandes é mestrandia em História Social na Universidade de Brasília (UNB).

O último artigo desta seção, chamado “Nas entrelinhas da hierarquia e disciplina: os alicerces da profissão naval”, é de Elizabeth Espindola Halpern, psicóloga, capitão-de-fragata da Marinha do Brasil e doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apesar de não ser historiadora, Elizabeth faz uma interessante análise sócio-histórica dos conceitos de hierarquia e disciplina a partir da ideia de militar-padrão para compor os exércitos permanentes, especialmente o brasileiro. Portanto, consideramos seu texto interdisciplinar merecedor de publicação em nossa Revista.

Por fim, encerramos o número 13 com a resenha de Ermelinda Liberato sobre o livro *Angola-Portugal: Representações de Si e de Outrem ou o Jogo Equívoco das Identidades*, de Arlindo

Barbeitos. Ermelinda apresenta com clareza a tese do autor angolano, que trata das relações sociopolíticas entre Angola e Portugal durante o período colonial, abordando temas ainda polêmicos, como raça e miscigenação. Sendo assim, sua resenha retoma a temática do dossiê, quando trata de relações estabelecidas no espaço do Atlântico.

Assim sendo, desejamos a todos boa leitura e proficuas reflexões!

Flávio Gonçalves dos Santos

(Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz e organizador do dossiê nº 13)

Michelle Reis de Macedo

(Professora da Universidade Federal de Alagoas e editora-chefe da *Revista Crítica Histórica*)

Maceió, junho de 2016